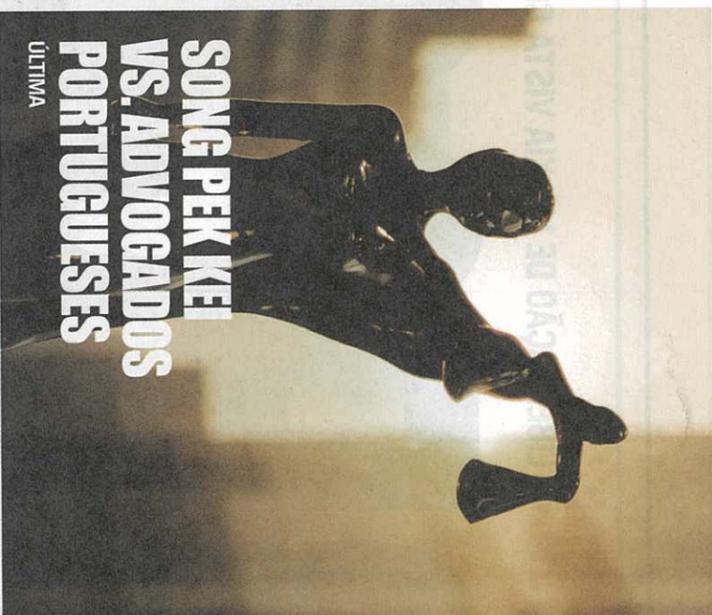


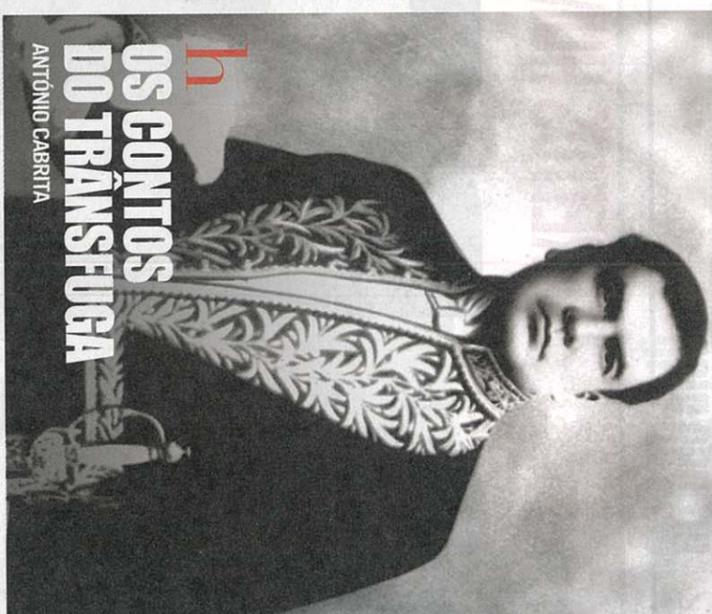
JUSSI NUKARI/AP



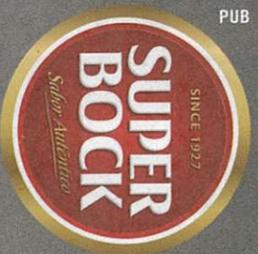
LIU XIA
LIBERDADE EM BERLIM
GRANDE PLANO



SONG PEK KEI
VS. ADVOGADOS
PORTUGUESES
ÚLTIMA



OS GONTOS
DO TRÂNSFUGA
ANTÓNIO CABRITA



AGÊNCIA COMERCIAL PICO • 28721006

PUB

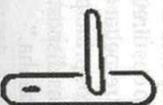
hojemacau

Bater a outras portas

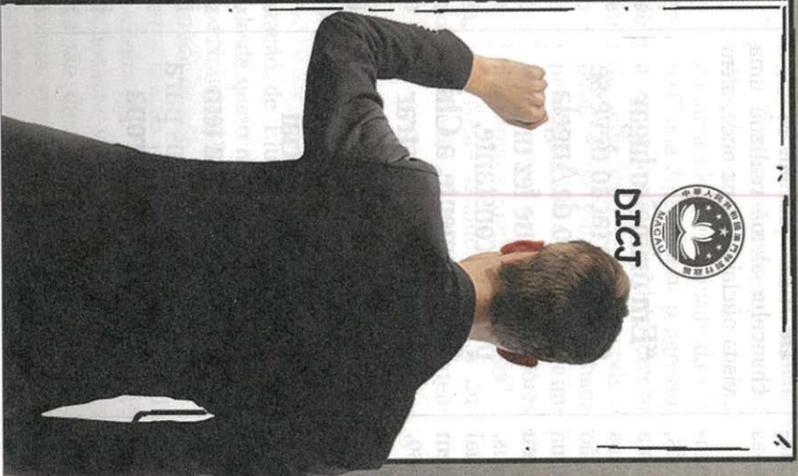
Depois de o IACM ter chumbado dois pedidos de prorrogação do prazo de utilização do terreno do Canidromo, a Yat Yuen tinha até terça-feira para apresentar um plano à entidade presidida por José Tavares. Porém, a concessionária voltou a pedir mais 120 dias para usar o caniil do Canidromo. Desta vez o pedido foi entregue à DICJ que passou a bola à DSSOPT. Enquanto a batata quente passa de tutela em tutela, continua a não haver um plano de futuro para os galgos não adoptados. PÁGINA 9



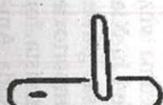
民政總署
INSTITUTO PARA OS
ASSUNTOS CÍVICOS
E MUNICIPAIS



DICJ



DSSOPT



GALGOS YAT YUEN PEDIU MAIS 120 DIAS À DICJ PARA OCUPAR CANIL DO CANÍDROMO

Horrer as capelinhas

A Companhia de Corridas de Galgos Yat Yuen pediu à Direcção dos Serviços de Inspecção e Coordenação de Jogos mais 120 dias para continuar a usar a área do canil do Canídromo e ainda o uso das cavalariças do Macau Jockey Club para colocar os galgos que ainda não foram adoptados

O terceiro plano para garantir o futuro dos galgos do Canídromo foi entregue à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ),

mas ainda não foi desta que se chegou a uma conclusão do caso. De acordo com um comunicado ontem emitido, a Companhia de Corridas de Galgos Yat Yuen pediu mais 120 dias para continuar a usar a área do canil do Canídromo, ainda que o prazo estabelecido pelo Governo

termine no próximo dia 21 deste mês. E de realçar que a concessionária sabe desde 2016 que teria de abandonar o espaço e dar um destino aos animais.

A empresa garantiu “que irá concluir os processos de realojamento dos galgos e de saída do Canídromo dentro do mesmo prazo”. Foi também pedido à DICJ que “seja autorizada a ocupação, de forma provisória, das cavalariças desocupadas da Companhia de Corridas de Cavalos de Macau [Macau Jockey Club], para colocar os galgos até os mesmos serem adoptados”.

Recorde-se que os dois últimos planos entregues pela Yat Yuen incluíam um pedido de prorrogação do prazo de utilização do terreno onde funciona o Canídromo. Contudo, ambos foram chumbados

pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM).

A DICJ optou por não assumir nenhuma posição relativamente ao terceiro plano apresentado pela Yat Yuen. “Considerando que, depois de 20 de Julho, o aproveitamento do terreno onde se encontra a companhia deixará de incidir sobre as actividades no âmbito da exploração das corridas de galgos, e atendendo que a fiscalização da gestão e

aproveitamento do terreno não é da competência da DICJ, o referido pedido será reencaminhado para os serviços competentes”, lê-se no comunicado.

A mesma entidade também não dá uma resposta concreta quanto à possibilidade de colocar os galgos nas cavalariças, passando a bola para a Direcção dos Serviços de Sócios, Obras Públicas e Transportes. “O pedido deve ser apresentado [pelo Macau Jockey Club]

junto dos serviços competentes pela fiscalização e aproveitamento do terreno, tendo em conta a alteração da finalidade do terreno em questão. É ainda necessário a autorização dos serviços competentes no âmbito da protecção e gestão animal para que esta Direcção de Serviços possa fazer a apreciação do pedido em causa.”

“**TODOS LAVAM AS MÃOS**”
Para Albano Martins, presidente da Sociedade Pro-

tectora dos Animais de Macau (ANIMA), o Chefe do Executivo, Chui Sai On, deveria reunir com todos os secretários envolvidos nesta questão, tais como Sónia Chan (IACM), Raimundo do Rosário (terrenos do Canídromo e Macau Jockey Club) e Lionel Leong (DICJ).

“Não é possível que o Governo não assuma a responsabilidade. Basta o Chefe do Executivo reunir com os secretários e não decidir por baixo. O Governo é muito ineficiente para tomar uma decisão. Caso contrário chega-se ao final do mês e ainda não se sabe qual é a situação dos animais”, adiantou ao HM.

Sobre o facto da Yat Yuen ter recorrido à DICJ depois de um longo período de negociação com o IACM, Albano Martins considera essa posição “no mínimo, indelicada”. “Se fosse o IACM não gostaria nada de saber que isso aconteceu. É uma falta de respeito e de educação. A

“Não é possível que o Governo não assuma a responsabilidade. Basta o Chefe do Executivo reunir

com os secretários e não decidir por baixo [via IACM e DICJ]. O Governo é muito ineficiente para tomar uma decisão.”

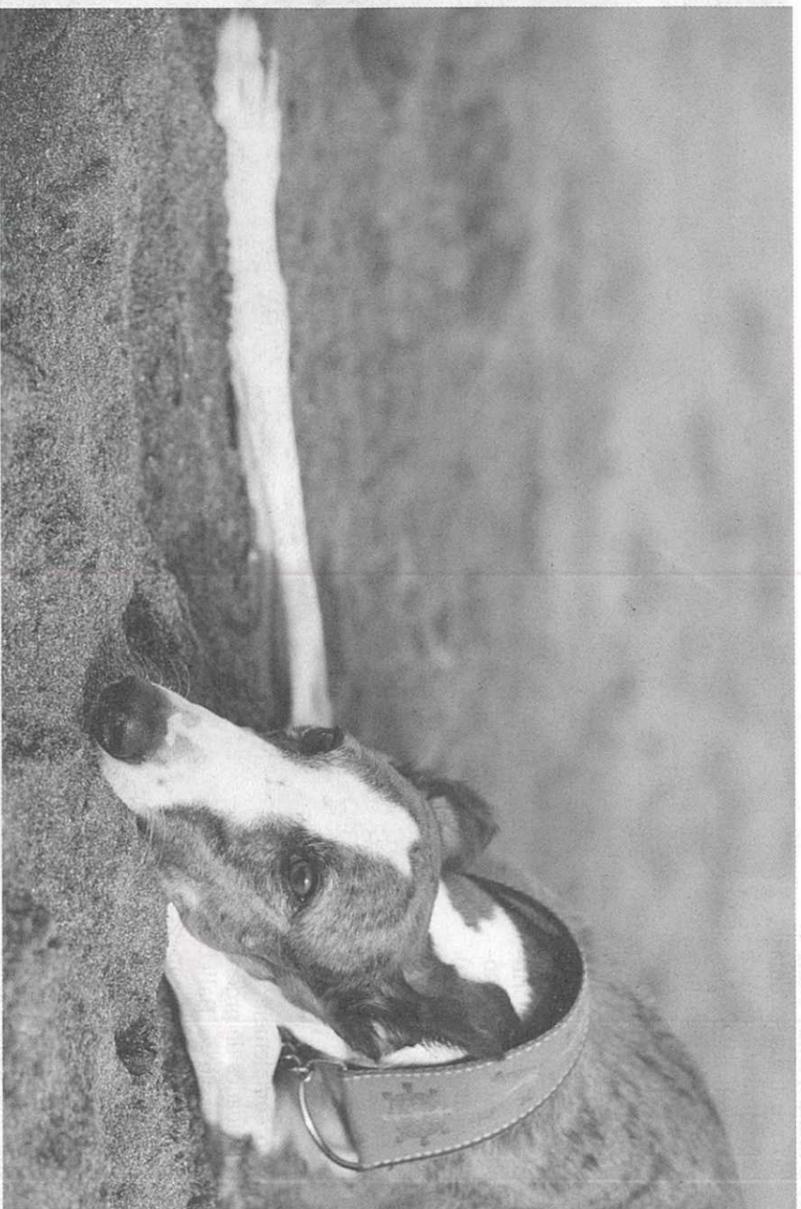
ALBANO MARTINS
PRESIDENTE DA ANIMA

DICJ não tem nenhuma responsabilidade quanto ao bem-estar animal”, rematou.

O HM questionou o advogado Sérgio de Almeida Correia sobre uma eventual ilegalidade cometida pela Yat Yuen na entrega de um plano desta natureza à DICJ, mas este disse apenas considerar “estranho [o pedido de prolongamento do prazo], porque a terra tem um valor”.

“Se eu pedir ao senhorio para ficar mais 120 dias num apartamento que me tenha arrendado, de certeza que ele me pede para arranjar alternativas ou então vai-me cobrar. Faz-me confusão como é que essa empresa, depois de ter desrespeitado todos os prazos que lhe foram dados pelo Governo e de pura e simplesmente não ter tratado de resolver o que tinha a resolver a tempo e horas, ainda se permite fazer propostas desta natureza. Para mim isso é de quem não tem vergonha na cara. Mas depois de tudo o que aconteceu com o Macau Jockey Club e aquela prorrogação de concessão, tudo é possível”, concluiu. ◀

Andraia Sofia Silva
andraia.silva@hojemacau.com.mo



GALGOS IACM SIMPLIFICA ACORDO COM HONG KONG PARA INSPECÇÃO SANITÁRIA

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) estabeleceu um acordo com o Agriculture, Fisheries e Conservation Department (AFCD) de Hong Kong sobre “a aplicação de medidas especiais de inspecção sanitária aos galgos na importação em Hong Kong, para ajudar os re-

sidentes de Hong Kong na adopção destes animais”. Contudo, e de acordo com o comunicado ontem divulgado, “não deu entrada no IACM, até à data, nenhum pedido de emissão de certificado sanitário para a exportação de galgos”.

O acordo que foi assinado especificamente para os galgos

foi selado depois de uma visita in loco das autoridades ao Canídromo “e ao procedimento de inspecção sanitária para efeitos de exportação”.

Tanto Macau como Hong Kong “chegaram a acordo sobre a disposição especial para os galgos, ajustando de forma científica os requisitos para inspecção sanitária,

de forma a encurtar o período de quarentena após a chegada destes animais a Hong Kong”.

Actualmente, o período de espera para este período de quarentena, não inferior a 120 dias, é de quatro a cinco meses, sendo que os animais não podem entrar no território vizinho sem respeitar esta regra.

Neste sentido, “o IACM e o AFCD procederam à avaliação de riscos sobre a simplificação dos trâmites da inspecção sanitária relativa aos galgos de Macau aquando da sua chegada a Hong Kong”. ◀